

PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO DE MATEMÁTICA PARA ALUNOS SURDOS NO MUNICÍPIO DE MOJU

Lauro dos Reis Costa Neto ¹
Cyntia França Cavalcante de Andrade da Silva ²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa realizada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), qual teve como objetivo principal analisar o ensino de Matemática para alunos surdos, articulando a Educação Matemática Inclusiva aos preceitos dos estudos culturais dos surdos e visando refletir sobre suas ações dentro de sala de aula com alunos surdos inclusos. Nessa perspectiva inclusiva, as escolas devem receber a todos, seja este com ou sem deficiência e se ajustar as necessidades de cada aluno respeitando suas especificidades. A pesquisa se deu inicialmente, pelo levantamento do referencial teórico para subsidiar a exploração, e de pesquisas de campo de cunho qualitativo realizada em uma escola inclusiva no município de Moju, Estado do Pará. Os sujeitos da pesquisa foram professores de matemática que ministram suas aulas em sala de aula com alunos surdos inclusos. A coleta de dados, foi realizada através de observação e por meio de questionário direcionado para o professor. Assim, estas são as principais metodologias abordadas na pesquisa para que houvesse a identificação e análise das práticas docentes do professor de matemática em sala de aula com alunos surdos inclusos no município de Moju.

Palavras-chave: Surdez, Educação de surdos, Educação matemática, Prática docente.

INTRODUÇÃO

Com política da educação inclusiva os surdos passaram a ser uma realidade efetiva em sala de aula, a qual os leva a ser inseridos no contexto educacional ambiente este que agrega as mais variadas realidades, segundo a Declaração de Salamanca

O princípio orientador deste Enquadramento da Ação consiste em afirmar que as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (BRASIL, 1994, p.6).

Nessa perspectiva as escolas devem receber a todos, seja este, com ou sem deficiência e se ajustar as necessidades de cada aluno respeitando suas especificidades. Ainda nesta

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade do Estado do Pará - UEPA, lauro.costa21@gmail.com;

² Professor orientador: Prof^a Mestre em Educação, Universidade do Estado do Pará - UEPA, cyntiafranca@gmail.com.

realidade esta Declaração também prevê que cada instituição deve buscar estratégias de ensinar com êxito as crianças com deficiência.

Assim, a escola inclusiva se caracteriza no contexto supracitado, contudo “o desafio com que se confronta esta escola inclusiva é o de ser capaz de desenvolver uma pedagogia centrada nas crianças, susceptível de as educar a todas com sucesso, incluído as que apresentam graves incapacidades” (BRASIL, 1994, p. 6).

Outra Legislação que ampara as pessoas com deficiência é a Lei 13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão –LBI, que em seu artigo 27 afirma que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p.34).

Diante da realidade da política de inclusão os surdos não poderiam ficar de fora, estão incluídos em salas de aula regulares no intuito de receber a educação com qualidade como prevê a Lei. Ainda para corroborar em seu artigo 28, inciso V pede a

adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino (BRASIL, 2015, p.35).

Assim, a legislação prevê que a educação da pessoa com deficiência seja de modo individualizado e que atendam suas especificidades para que assim auxilie em sua participação e favoreça a permanência no contexto educacional. Deste modo, na educação de surdos as metodologias precisam ser diferenciadas, já que não usam o recurso da audição.

O Decreto 5626/05 no Art. 2 diz que “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005, p. 1). Por ser um ser visual, o aluno surdo vai precisar de outras formas para ter acesso às informações.

Com essa realidade os professores precisam repensar suas práticas e buscar estratégias para que suas aulas possam alcançar a todos com ou sem deficiência como está posto na LBI artigo 28, inciso IX o qual pede a “adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência” (BRASIL, 2015, p.35).

Assim, ao pensarmos na educação de surdos precisamos conhecer as práticas dos professores atuantes em sala de aula com a presença de alunos surdos, principalmente do professor de matemática que trabalha com ciências exatas e que em alguns casos se prende as aulas expositivas orais, dificultando assim acesso ao surdo. Deste modo, surge a problemática: Quais os saberes e as práticas metodológicas do professor de matemática ao ministrar sua disciplina em uma sala de aula com alunos surdos inclusos?

Diante do exposto temos como objetivo geral analisar os saberes e as práticas metodológicas do professor de matemática ao ministrar sua disciplina em uma sala de aula com alunos surdos inclusos, afim de refletir sobre as reais necessidades de aprendizagem do aluno surdo. Tendo como objetivos específicos assinalar os saberes do professor de matemática sobre a educação de surdos, identificar as metodologias empregadas pelos professores de matemáticas no contexto da educação de surdos e analisar as práticas metodológicas utilizadas nas aulas de matemáticas em sala de aula com alunos surdos inclusos.

Isto posto, este projeto justifica-se, pela necessidade de refletir sobre os saberes da educação de surdos que o professor de matemática possui e conhecer as estratégias educacionais utilizadas por ele em suas aulas com alunos surdos inclusos. Além disso, justifica-se também por ser uma forma de apresentar as metodologias utilizadas e analisá-las dentro do que a Lei sugere.

METODOLOGIA

Para subsidiar a pesquisa com levantamentos críticos sobre a prática docente do professor de matemática em sala de aula com alunos surdos inclusos, realizou-se primeiramente uma etapa voltada para questões teóricas relativas ao tema/problema aqui delimitado e posteriormente foi complementada por uma pesquisa de campo de cunho qualitativo tendo como finalidade analisar os saberes e as práticas metodológicas do professor de matemática ao ministrar sua disciplina em uma sala de aula com alunos surdos inclusos, afim de refletir sobre as reais necessidades de aprendizagem do aluno surdo.

O lócus da pesquisa se deu em uma escola inclusiva no município de Moju, com um professor de matemática que ministra suas aulas em sala de aula com alunos surdos incluso, o qual se disponibilizou para participar da pesquisa.

Para o coletarmos os dados utilizamos como instrumento o questionário, pois segundo Oliveira (2008), pode ser definido como uma técnica para obtenção de informações sobre

sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador (a) deseja registrar para atender os objetivos de seus estudos (p. 83).

Como tratamento dos dados utilizamos o método da Categorização proposto pela análise de conteúdo, esta, segundo Franco (2008, p.12-13),

assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. Linguagem, aqui entendida, como uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação.

Assim, estas foram as principais metodologias abordadas na pesquisa para que pudéssemos identificar e analisar a prática docente do professor de matemática em sala de aula com alunos surdos inclusos no município de Moju.

EDUCAÇÃO DE SURDOS

No Brasil a legislação sobre os surdos é vigente e de forma extrema. Isto faz perceber a presença de uma série de legislações que não foram criadas para exclusão, mas para o pleno direito à diferença. Estas leis estabelecem alguns fatos obrigatórios por exemplo a educação especial, a educação inclusiva que, mesmo não garantindo o acesso à cultura surda, garantem o direito à educação. Existem também legislação que estabelece o momento de uso pleno do direito cultural de acordo, seja ela Constituição Brasileira, seja com as demais leis educacionais.

Sabemos que Educação de surdos vem conquistando seu espaço principalmente com o reconhecimento da Libras como língua da comunidade surda com a Lei 10.436/02. Diante dessa Legislação busca-se, atualmente, compreender como esse reconhecimento está configurado em sala de aula com surdos inclusos, como esses professores em sua prática docente utilizam das estratégias para ministrar suas aulas com os alunos surdos em sala.

Para Mendes (2006) e Souza & Lippe (2012) a política para escola inclusiva é controversa. Segundo esses autores, a inclusão se concretiza com base na idealização de uma escola para todos, que prioriza a convivência com a diferença, porém imersa nas contradições do próprio sistema neoliberal, despreza as particularidades dos estudantes em prol da homogeneização em torno do padrão

Quando nos referirmos a uma educação inclusiva como aberta à diferenças, legitimamos o que queremos extinguir com a inclusão nas escolas, ou seja, excluimos toda e qualquer possibilidade de agrupar alunos e de identificá-los por uma de suas características, por exemplo, a deficiência, valorizando alguns em detrimento de outros.

Neste sentido, entendo que é um desafio para todos os docentes atuarem com a diversidade humana que existe numa sala de aula, como apontado por Correia (2008).

Pensando nisso, questiono: que dificuldades os professores que ensinam matemática enfrentam para atuar numa sala de aula rica de dessemelhantes, muitas vezes superlotada, e sem o devido preparo? E mais ainda, que desafios enfrentam para ensinar Matemática para alunos com surdez? Que conhecimentos o professor que ensina matemática precisa ter para atuar com aprendizes com surdez? A forma de abordar e trazer a temática da surdez para a discussão pode tomar numerosos caminhos. Poderia iniciar falando da formação insuficiente dos professores que ensinam matemática, mostrando que é mesmo um imenso desafio para a educação.

A Língua Brasileira de Sinais deve ser dominada pelo professor, uma vez que “deve estar ao alcance de todos os surdos, ela deve ser o princípio de uma política linguística a partir da qual se pode sustentar um projeto educacional, visando a aprendizagem dos alunos sejam eles surdos ou não” (p. 27).

Assim, surgem os questionamentos neste contexto inclusivo, trazendo inquietações perante a inclusão dos surdos em salas regulares. Suas peculiaridades estão marcadas pela sua língua, a LIBRAS, que é visual-gestual “ela desempenha todas as funções de uma língua oral e, como tal, poderia ser usada para cumprir, o papel que linguagem oral tem na criança ouvinte” (MOURA, 2013, p. 15). Esta difere da língua portuguesa que é oral-auditiva, sendo essa especificidade linguística que vai fazer a diferença no momento da aula, pois uma língua sonora não chega em um aluno surdo, “o surdo mesmo que ele e sua família não saibam da sua surdez, irá usar um canal para ter acesso às informações do mundo: o canal visual” (MOURA, 2013, p. 15).

Tal educação pautada em práticas terapêuticas fizeram os surdos buscar a normalidade procurando assim ser como os ouvintes. As instituições de ensino tendenciaram para uma educação baseada na normalização, buscando tornar todos em “iguais”. Essa compreensão de normalidade para Skliar (2006) possui “em sua origem, a pretensão de ordenar a desordem originada pela perturbação dessa outra invenção, dessa outra fabricação, dessa outra produção que chamamos habitualmente de ‘anormalidade’” (2006, p. 17).

Assim, quando falamos de surdos, nesse processo a surdez se torna uma marca que vai determinar sua aprendizagem tomando como referência o ouvinte buscando o perfil de normalidade (LOPES, 2011). É essa normalidade que fez a educação dos surdos ser impregnada representações negativas que vão refletir diretamente na prática docente.

A PRÁTICA DOCENTE NO CONTEXTO INCLUSIVO

No cenário educacional o qual os atores principais são professores e alunos, a prática docente vai ser um fator fundamental para enlaçá-los na caminhada ao saber. É o ato de ensinar que faz a diferença. Contudo, quando este processo é comprometido, como, por exemplo, por uma barreira comunicacional, é necessário buscar outros meios para superar essas barreiras. É imprescindível que o docente busque capacitação para atender seus alunos, para que haja uma educação igualitária, dessa forma o MEC (2005, p. 21) chama atenção para:

a formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação esses profissionais têm se dedicado.

De acordo com Matos (2007, p 2), “as mudanças na organização do processo de trabalho, o avanço tecnológico e os meios de informação e de comunicação da atualidade, ao colocarem novas exigências para a escola, aponta, outros requisitos para a formação dos seus profissionais”. O professor que não busca identificar as peculiaridades dos seus alunos, como também as potencialidades dos mesmos, certamente não apresenta um currículo flexível a necessidade dos educandos. Torna-se necessário que o professor conheça seus alunos, pois esse conhecimento o ajudará na elaboração de metodologias de forma mais esquematizada. Para Ponte e Oliveira (2002, p. 148):

Conhecer os seus alunos como pessoas, os seus interesses, os seus gostos, a sua forma habitual de reagir, os seus valores, as suas referências culturais, e conhecer o modo como eles aprendem são condições decisivas para o êxito da atividade do professor. Neste campo, reconhece-se a importância do estudo dos processos de aprendizagem dos alunos, das dificuldades cognitivas, das suas estratégias microssociais, bem como dos fenômenos de diferenciação e afirmação cultural.

Esse ato também contribui para que o professor venha ter uma boa atuação dentro do ambiente escolar e social, tendo como consequência o melhor ensino, ambientes físicos favoráveis para seus alunos surdos inclusos e alunos ouvintes consigam compreender os assuntos ditos na aula, resultando com que o professor tenha sucesso em suas aulas.

É importante compreender que a formação dos professores deve ser contínua e continuada, que seus conhecimentos sejam progressivos e sistematizados com a perspectiva de inovar, mudar suas práticas, vencer os desafios, precisamos compreender a educação não como um processo de integração, mas sim como inclusão, que seja fundamentada nas concepções de direitos humanos, porque a educação é um direito de todos, garantindo o acesso e permanência nas escolas de todos os níveis

A educação bilíngue para alunos surdos traz a proposta que nos remete a legislação, como discussão teórico-metodológicos, seja por conta de pesquisas acadêmicas, materiais didáticos e humano para transmissão de conhecimento e principalmente pela imposição dos usuários para o uso da língua predominante, mas a relação teoria e prática do docente com a perspectiva da relação aluno e professor na construção do saber, tornará o trabalho mais consistente.

É notório que existem barreiras quando falamos de educação de surdos, já que professor ouvinte e aluno surdo falam línguas diferentes e interagem na mesma sala. Esse é o desafio. Será que esse aluno surdo afeta a prática do professor em sala de aula? Será que as metodologias mudaram com a inclusão de aluno surdo em sala? Essas são as inquietações que perpassam a essa pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já assinalado, a pesquisa aconteceu em uma escola no município de Moju a qual avaliamos com precisão a prática do professor dentro de sala de aula. No primeiro momento houve a observação e já foi notório que o professor de matemática ainda não compartilhava da ideia de adaptações em suas aulas para assim atender as especificidades de seus alunos surdos, não reconhecendo a condição da pessoa surda, dificultando o aprendizado.

Para subsidiar a análise do questionário utilizamos os estudos de Antônio Carlos Gil (2008) o qual relata que os questionários são submetidos às pessoas com o propósito de obter informações, dessa forma obtivemos os seguintes relatos do professor graduado em matemática o qual afirmou que o ensino da matemática para alunos surdos é um desafio, devido à falta de preparo para ensinar tais alunos, a falta de conhecimento na área de libras e educação de surdos, sendo essas uma das explicações pelo qual ele não utiliza materiais didáticos adaptados para seus alunos com surdez. Ele então ministra a aula normalmente para seus alunos e o interprete adapta para os alunos com deficiência auditiva, para o professor presença do interprete em sala e extremamente importante, pois ele é que traz metodologias com estratégias de inclusão.

É explícita a comodidade do professor para realização de atividades adaptadas, pois o mesmo conta com a presença de um interprete de libras em sala, pondo esse profissional como o principal responsável pelo ensino dos alunos surdos, o que o sobrecarrega, pois ele assume outra função, função essa que deveria ser do docente. Segundo Cristina Lacerda (2013) é importante que o professor seja parceiro do intérprete de LIBRAS para que se ampliem as possibilidades de construção de conhecimento desses alunos, ou seja, para que os alunos surdos

tenham uma educação de qualidade e acessível a eles é necessário que haja essa interação entre professor e interprete.

Diante da política de inclusão o professor reconhece que deveria ter “no mínimo um curso de libras” e que precisa melhorar bastante nesse quesito, para que consiga desenvolver um bom trabalho e que os alunos tenham educação de qualidade. Paulo Freire (1985), em seus estudos relata que o professor deve primeiramente saber sobre a sua realidade, para só então buscar transformá-la. Portanto torna-se necessário que o professor seja conhecedor da educação de surdos e da área de libras para que então mude suas práticas e a educação inclusiva passe a ser real dentro da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De posse de todos os dados referentes aos saberes e práticas do professor no ensino da matemática, a pesquisa revelou o modo como a inclusão educacional vem sendo conduzida, considerando os processos de formação do docente de matemática do município de Moju. Foi perceptível a existência de uma lacuna na formação conceitual sobre a surdez, o surdo e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Como visto, os profissionais conhecem as demandas para a inclusão educacional dos surdos, no entanto, desenvolvem práticas pouco fundamentadas nas necessidades apresentadas pelo público presente, por isso enfrentam severas dificuldades para os ensinar. Partindo de uma visão mais ampla, observamos a escola como um ambiente que, apesar das leis que amparam a educação de surdos, não ofereceu recursos necessários e ambientes favoráveis para a aprendizagem mais eficaz dos alunos surdos.

O conceito de educação inclusiva é real, porém nos faz questionar se as instituições estão indo além deste conceito. Sabemos que inclusão é mais do que ter um aluno deficiente dentro de sala de aula, é necessário metodologias, estratégias, para que possa caminhar a luz da inclusão. Assim, consideramos importante que haja uma intervenção na escola inclusiva no município de Moju, a qual oferte aos seus professores e a todos que compõe o corpo docente, formações como: curso de Libras, palestras acerca da diversidade educacional existente em sala, sobre o contexto inclusivo em sala, oficinas com jogos que contemplem a interdisciplinaridade e a inclusão, e por fim, jogos de cunho pedagógico inclusivo, para que o professor conheça mais sobre a importância da inclusão, fazendo com que o mesmo consiga utilizar métodos que ajudem o aluno surdo a ter uma educação de qualidade e igualitária com os demais alunos presentes em sala.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: MAS/ CORDE, 1994. Disponível em: http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/19/fl_9.pdf, Acesso em: 26/03/2019

BRASIL, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 26/03/2019.

BRASIL. Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004.../2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 26/03/2019.

CABRAL, R. M.; CÓRDULA, E. B. L. Os desafios no processo de alfabetização de surdos. Revista Educação Pública, Cecierj, Rio de Janeiro, v. 17, nº 5, 2017

CORREIA, L. M. Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.

Educação Inclusiva: documento subsidiário à Política de Inclusão. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Pedagogia do Oprimido. 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LACERDA, C. B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Cad. CEDES*. vol.26, 2006.

_____. SANTOS, Lara Ferreira dos. CAETANO, Juliana Fonseca. Estratégias metodológicas para ensino de alunos surdos. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um aluno surdo e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: Edufscar, 2013, p.185-200.

_____. O intérprete de língua Brasileira de Sinais: Investigando Aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa? Petrópolis - RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Ivanilde Apolucena de. LEITURAS FREIRIANAS SOBRE EDUCAÇÃO / Ivanilde Apolucena de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p.50-51.

PAIXÃO, Natalina do Socorro S. M. Saberes de Professores que Ensinam Matemática para Alunos Surdos Incluídos na Escola de Ouvintes. 2010.212 p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal do Pará, Belém.

QUADROS, R.M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artes Médicas, 1997

SILVA, Cyntia F. C. de Andrade da. NEGREIROS, Tamyres Santos. O ENSINO DE LINGUA PORTUGUESA PARA SURDOS: análise das práticas metodológicas de docentes de uma escola estadual de Belém. In: OLIVEIRA, Waldma M. Menezes de. SILVA, Cyntia F. C. de Andrade da. EDUCAÇÃO INCLUSIVA, SURDEZ E LIBRAS: experiências socioeducativas na amazônia paraense. São Carlos: Pedro e João Editores, 2017, p. 173.